

Crise revela novos “operadores” de FH

Ricardo Amaral

De Brasília

No vácuo de duas crises políticas (a da CPI da Corrupção e a da violação do painel do Senado) e uma geral (a da energia elétrica), o presidente Fernando Henrique Cardoso busca retomar a iniciativa no Congresso, apoiando-se em grupo que pouco tem a ver com seu PSDB. Os principais “operadores” do Planalto, responsáveis pela virada de 24 horas na CPI da Corrupção, são hoje os ministros do Trabalho, Francisco Dornelles (PPB), e dos Transportes, Eliseu Padilha (PMDB), o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), e o do PSDB, Sérgio Machado (CE), que está de mudança para o partido de Jader Barbalho. Os quatro “operam” em torno do secretário-geral da Presidência, o tucano Aloysio Nunes Ferreira.

Foi este grupo que sugeriu o engajamento dos ministros políticos na operação para abafar a CPI da Corrupção. Fernando Henrique mantém reuniões semanais com estes “operadores” e

deve continuar usando a força dos ministros, não apenas para negociar apoios mas também para exigir-lhos, quando preciso. O governo precisa “mostrar os dentes”, disse um dos comandantes da operação ao presidente.

O deslocamento do ministro Pedro Parente para a gestão da crise de energia abriu espaço para nova mudança: a ocupação do tradicional espaço político da Casa Civil por um “operador”, preferencialmente do PSDB. Os políticos que comandaram a operação para abafar a CPI associam as dificuldades do governo no Congresso à ascensão, no Planalto, de técnicos ligados ao ministro da Fazenda, Pedro Malan. Avaliam que até Eduardo Jorge e Clóvis Carvalho tinham mais sensibilidade do que Parente no trato com parlamentares.

Todos eles recrimam a paralisação do Planalto durante a briga de mais de um ano entre os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA), pela presidência do Senado. Avaliam que Fernando Henrique perdeu mais de uma

chance de interferir no processo, antes que ele se transformasse em questão pessoal imune a ações políticas. Daí teria decorrido a paralisação da aliança entre PSDB, PFL e PMDB, todos envolvidos na disputa pelas presidências da Câmara e do Senado, sem coordenação possível.

O novo núcleo político do governo no Congresso ganhou pontos com o abafão da CPI e concentra-se agora em garantir a punição dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (DF, sem partido). À parte rancores acumulados e divergências partidárias com o senador da Bahia, o presidente e seus articuladores avaliam que a opinião pública pede cabeças, sob o risco de desmoralização das instituições como um todo. Abafada a CPI, as cabeças disponíveis são as dos senadores acusados de violar o segredo do voto na cassação de Luiz Estevão em junho do ano passado.

Tanto a nova coordenação como a retomada da aliança partidária são eventuais e condicionadas ao futuro da economia. O ho-

rizonte provável para sua consolidação ou novo esgarçamento é outubro, quando estarão consolidados os efeitos da crise de energia e as candidaturas à sucessão presidencial. Um ministro que apenas observa o movimento do novo núcleo anota que, mesmo tendo sucesso na operação do Congresso, nada poderão fazer quanto a um colapso na economia e no cotidiano dos cidadãos, decorrente da crise no fornecimento de energia.

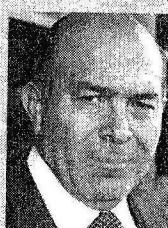
Para este ministro, Fernando Henrique trocaria sem pestanejar três CPIs com 68 denúncias cada uma por 12 mil megawatts de energia elétrica na tomada. Até outubro também deve estar definida a relação entre o PMDB e o governador Itamar Franco. O partido não se incomoda em apoiar o governo e, ao mesmo tempo, dar legenda a um dos candidatos potencialmente mais fortes para enfrentar o nome a ser lançado pelo Palácio do Planalto. Com o comando do Senado e de uma base fiel, o PMDB de Renan, Padilha e Jader tentará dar as cartas até outubro.

O novo comando do Planalto

Grupo vitorioso na operação abafa CPI ganha poder junto a FHC



Francisco Dornelles (PPB) — Ministro do Trabalho, é o mais experiente político da Esplanada. Coordenou a retirada de assinaturas para CPI da Corrupção.



Eliseu Padilha (PMDB) — Ministro dos Transportes, é do comando do PMDB, especialista em mapear pleitos de políticos. Está no governo desde 1996.



Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) — Secretário-geral da Presidência, formado na esquerda (PCB) e ex-querista, tem a missão institucional da articulação política.



Renan Calheiros (PMDB) — Líder no Senado, foi Ministro da Justiça demitido por pressão do PSDB. Credenciou-se como interlocutor pelo peso de seu partido.



Sérgio Machado (PSDB) — Líder no Senado, rompeu com o governador Tasso Jereissati, mas tem apoio da maioria da bancada tucana e de Jader Barbalho.



Casa Civil (?) O deslocamento de Pedro Parente para a crise de energia abre espaço para um político “operador”, perfil tradicional do ocupante deste cargo.